



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Excelentíssimo Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, Relator da Ação Cível
Originária nº 1.460/SC

A UNIÃO, neste ato representada por seu Advogado-Geral,¹ vem, respeitosamente, em cumprimento ao despacho de fl. 406, ratificar todos os termos da defesa apresentada pela Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina às fls. 98/110.

Aproveitando a oportunidade processual, vem a União requerer, a título de argumentação e na eventualidade de o pedido formulado pela autora ser atendido, que a imunidade recíproca seja restrita apenas ao patrimônio e à renda que estejam vinculados às finalidades essenciais da Companhia ou às delas

¹ Art. 4º, inc. III, da Lei Complementar n.º 73/93.

decorrentes, na esteira do que dispõe o art. 150, §2º, da Constituição Federal, devendo a autora fazer prova nesse sentido.

Brasília, 23 de setembro de 2013.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS
Advogado-Geral da União

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA
Secretária-Geral de Contencioso²

HUGO MENEZES PEIXOTO
Advogado da União

Altair Roberto de Lima
Secretário-Adjunto da Secretaria-Geral
de Contencioso

Isadora Maria Belém Rocha Cartaxo de Arruda
Advogada da União
Mat. SIAPE nº 1507538

² Portaria de Delegação n.º 476, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2007.